

A Participação dos cidadãos nos Arquivos Municipais Portugueses: percepção e práticas

Luísa Alvim^a, Sandra Patricio^b

^a*CIDEHUS-Universidade de Évora, CEIS20-Universidade de Coimbra, Portugal, mluisa.alvim@gmail.com*

^b*Arquivo Municipal de Sines; Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa; História, Território e Comunidades, NOVA FCSH, Portugal, sandrapatricio2@gmail.com*

Resumo

Os conceitos de *Participação cidadã* e *Arquivos participativos* são complexos e ainda pouco estudados e definidos, assumindo diversos significados e remetendo para ações realizadas por diferentes atores. Podem referir-se a processos individuais ou comunitários por parte dos cidadãos, em que estes partilham a tomada de decisões e a produção com quem exerce funções numa instituição pública. Os conceitos tornaram-se comuns sendo empregados em múltiplas situações, desde a intervenção na política e nas decisões públicas ao envolvimento nas diferentes estruturas da sociedade civil. Este trabalho tem como objetivo analisar a percepção de alguns gestores de informação de arquivos municipais portugueses sobre estes conceitos e os projetos comunitários para a salvaguarda do património arquivístico. A partir de uma revisão de literatura e de um inquérito realizado a vinte gestores de arquivos municipais das capitais de distrito, assim como de outros arquivos municipais, apresentaram-se as primeiras conclusões. As respostas obtidas são confrontadas com as práticas que os profissionais efetuam no serviço em que trabalham, nomeadamente sobre a ligação e o envolvimento dos cidadãos em práticas de cidadania de proteção e salvaguarda do património arquivístico, através da análise qualitativa das respostas. Os gestores têm a percepção da importância em envolver os cidadãos em práticas de cidadania, para uma vida mais sustentável e transformadora, enquadrando as realidades sociais, culturais e ambientais e fortalecendo esforços para proteger e salvaguardar o património cultural arquivístico, mas os recursos humanos e financeiros não permitem aos arquivos municipais desenvolverem, de modo consistente, projetos deste âmbito e tornarem-se arquivos participativos.

Palavras-chave: Arquivos Municipais, Participação cidadã, Arquivos participativos, Gestores de Informação, Portugal.



Introdução

Este trabalho analisa os conceitos *Participação cidadã* e *Arquivos participativos* e examina a percepção de gestores de informação de arquivos municipais portugueses face aos mesmos.

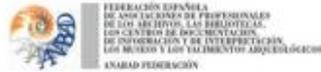
Os arquivos municipais sempre se comprometeram com a salvaguarda do património arquivístico e atualmente, com a Agenda 2030, debatem-se no cumprimento do Objetivo 11, meta 11.4. A Agenda 2030 (ONU, 2015), aprovada pela Organização das Nações Unidas, é um documento essencial para todos os países do mundo, em que se apresentam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a atingir até 2030 (UNRIC, 2016). Os Estados, os setores do privado e do público, as instituições, os arquivos municipais e os cidadãos em geral são convidados a participar ativamente no processo de melhoria. Os países foram convidados a desenvolver políticas, medidas e ações para os alcançar. O ODS 11 *Cidades e Comunidades Sustentáveis* foca-se no desenvolvimento de metas genéricas sobre a vida mais sustentável nas cidades, nomeadamente pretende melhorar as capacidades para planear e gerir os assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis e fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural.

Os arquivos municipais, entre outras instituições de memória, são estruturas que melhor podem contribuir para a concretização deste objetivo - meta 11.4 «Strengthen efforts to protect and safeguard the world's cultural and natural heritage», contribuindo para a participação informada e crítica dos cidadãos na vida coletiva.

Assim, neste trabalho a pergunta de partida é: quais são as percepções dos gestores de informação dos arquivos municipais sobre os conceitos *Participação cidadã* e *Arquivos participativos* e quais as práticas de envolvimento com a comunidade que executam nos seus arquivos? Os objetivos da investigação são: compreender os conceitos de *Participação cidadã* e *Arquivos participativos*; conhecer as percepções dos gestores de informação sobre este assunto; investigar sobre práticas participativas dos arquivos quanto a esta matéria.

Participação cidadã e Arquivos participativos

Os conceitos de *Participação cidadã* e *Arquivos participativos* podem ser observados como complementares, num contexto mais amplo de democratização da sociedade e do empoderamento dos cidadãos. A participação cidadã implica o envolvimento ativo dos cidadãos nas decisões políticas e sociais, enquanto os arquivos participativos lidam com o envolvimento das comunidades, dos cidadãos na preservação e na construção da memória histórica no contexto das instituições arquivísticas. Ambas as práticas contribuem para uma sociedade mais inclusiva, justa e colaborativa, com o desiderato em atingir o ODS 11, meta 11.4.



Uma perspectiva da participação cidadã poderá incidir numa vertente da Ciência Cidadã, com projetos que envolvem ativamente os cidadãos nas atividades científicas e técnicas dos arquivos municipais, o que gera novo conhecimento e compreensão. Os cidadãos podem atuar como contribuidores, colaboradores ou como líderes de projetos e assumir um papel significativo (ECSA, 2015). Outras modalidades de participação cidadã poderão envolver a cocriação e a participação, do tipo *crowdsourcing*, entre os intermediários da informação, como os arquivos, e a sociedade civil, os indivíduos e outros. São meios que ajudam as instituições a comunicar, a organizar, a estruturar e a compreender a informação e os dados que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável (IFLA, 2014) e para a consolidação da organização da informação das instituições de memória. As vantagens e oportunidades na inclusão dos cidadãos em projetos desenvolvidos pelos arquivos locais, prendem-se com o facto de muitos possuírem o conhecimento e a memória local que lhes permite ajudar e contribuir, enquanto *inteligência coletiva* para diversas tarefas, entre as quais a organização e a descrição dos documentos dos arquivos. A modalidade de participação do cidadão em formato de *crowdsourcing* é aquela mais comum tanto nos arquivos, como noutras instituições de memória, sendo uma modalidade convidativa à participação pública e ao envolvimento de redes e grupos comunitários locais (Hetland, Pierroux & Esborg, 2020).

Por arquivos participativos entende-se aqueles em que os cidadãos, de forma coletiva e individual, participam nas funções arquivísticas, como a descrição. Este é o sentido da definição da Society of American Archivists de *citizen archivists*: «a member of the general public who aids an archival organization by performing functions such as description» (SAA, 2024). Trata-se também de uma forma de participação cidadã, pois pretende-se que os cidadãos e as comunidades participem no trabalho arquivístico de transcrição paleográfica, identificação de arquivos, descrição arquivística, digitalização de documentos, produção de comentários críticos sobre recursos específicos do arquivo, etiquetagem social e serviços educativos. Não implica necessariamente a constituição de coleções ou a criação de instituições arquivísticas, nos exemplos dados por Freitas (2024), mas sim a colaboração dos cidadãos na melhoria do acesso e utilização dos já existentes, nas instituições arquivísticas.

A consideração do público como agente participativo ativo na construção da memória sobre o passado é uma área recente de interesse para a arquivística em Portugal (Alvim & Patrício, 2024). Pode ser uma oportunidade, na senda do que defende Richard J. Cox (2009), para os arquivistas comunicarem a sua missão junto de cidadãos interessados nas práticas arquivísticas, para preservar os seus próprios documentos de arquivo e criar as suas próprias coleções, e, finalmente, pelo seu interesse científico na recolha e transcrição de fontes.



Deste ponto de vista, os arquivos participativos exigem dos arquivistas, nas palavras de Freitas (2024), «um ativismo profissional indiscutível», uma consciência e «vigilância muito apertadas quanto aos posicionamentos e apostas a fazer nessas matérias, funcionando este ativismo como uma importante ponte (no sentido de ligar) capaz de o/a conectar diretamente com os desafios sociais e profissionais derivados, muitos deles, dos impactos sofridos pela era tecnológica e as suas consequências».

Significa uma importante mudança na lógica do trabalho arquivístico, que pode assim ser partilhado com as comunidades (Freitas, 2024). As ferramentas que possibilitam esta mudança são tecnológicas e enquadram-se no reconhecimento de que novas ações são possíveis através da utilização da *Web 2.0* (Poole, 2019) e das plataformas de Ciência Cidadã, e são cada vez mais usadas por instituições arquivísticas (Silva & Borges, 2018), incluindo em Portugal (Alvim & Patrício, 2024).

Por outro lado, permite a participação das comunidades no trabalho arquivístico, para que se revejam nos arquivos existentes, que são a base de narrativas e histórias dominantes, até aqui impermeáveis às visões das comunidades minoritárias (McCracken, 2015). Estas ações incluem o empréstimo e digitalização por arquivos públicos de documentos de indivíduos e de famílias (por exemplo, em Portugal, a ação do Arquivo Municipal de Sines (Campos et al., 2020), entre outros casos mencionados por Alvim & Patrício (2024) a partir da leitura de vários trabalhos (DGLAB et al., 2019; Rede de Arquivos do Algarve, 2018; Silva & Borges, 2018); a descrição desses mesmos documentos, «de forma considerada «culturalmente apropriada» e associados virtualmente a outros recursos disponíveis a arquivos convencionais e a sua disponibilização em livre acesso e em linha (Freitas, 2024). Em suma, para esta investigadora, significa uma mudança na «lógica do trabalho arquivístico» (idem, ibidem), porque a custódia física deixa de ser obrigatória nestes projetos, sendo possível a constituição de coleções digitais num arquivo público cuja propriedade se mantém junto dos cidadãos e das comunidades.

Os exemplos de arquivos participativos incluem diversas tipologias: arquivos comunitários, de iniciativa de comunidades locais para documentar sua história, por exemplo grupos indígenas ou movimentos urbanos; plataformas *online* de colaboração, como o *Wikipedia* ou bases de dados de histórias orais em que os indivíduos contribuem com suas próprias narrativas; e por fim, ainda os projetos de preservação cultural, com grupos locais que colaboram com universidades ou com ONGs para preservar aspectos culturais e históricos da sua comunidade. Os académicos têm tido dificuldade em definir arquivos comunitários pois apresentam princípios e práticas arquivísticas alternativas, em espaços democráticos que incluem novos intervenientes, cujo ativismo sustenta as atividades arquivísticas como a custódia, o desenvolvimento e avaliação das coleções, o seu arranjo e descrição, Ideias como sustentabilidade e reutilização estão no foco desses arquivos (Poole, 2019). O *RoPA* -



Roadmap for Participatory Archiving é um projeto de arquivos participativos, nos Estados Unidos da América, que reúne práticas de excelência para documentar a herança cultural, sustentada por arquivistas, bibliotecários, gestores de informação com cidadãos e membros da comunidade. Trata-se do relato de trabalho colaborativo na construção de registos arquivísticos, incluindo uma nova metodologia para o trabalho arquivístico (Woodward, 2016).

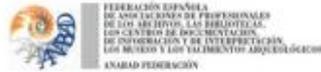
Os investigadores Benoit e Eveleigh (2019) recolheram uma série de estudos de caso internacionais sobre *Participatory Heritage*. Demonstraram que por vezes é necessário preservar a documentação e os artefatos pessoais e comunitários através e com grupos comunitários, mas estes precisam de infraestruturas técnicas e de instituições, nomeadamente de arquivos, para realizarem as atividades técnicas e outras. Defenderam que tanto as instituições mais formais, como os arquivos comunitários, precisam uns dos outros, as instituições são suporte e conhecimento e os arquivos comunitários recolhem, disponibilizam e preservam histórias sociais e coletivas que são um património cultural relevante. Os autores referem que se vivem momentos desafiantes, em que se dá voz às comunidades, à partilha de conteúdos patrimoniais e à colaboração com as instituições mais formais. Estas últimas possuem plataformas e repositórios digitais que podem disponibilizar para o acesso a esses conteúdos. A era digital estimula mudanças tecnológicas e socioculturais e altera o discurso arquivístico (Gilliland, 2014) com o surgimento de novos modelos de custodiar e preservar o património arquivístico.

A prática colaborativa está na base da participação cidadã e dos arquivos participativos, os membros da comunidade e os cidadãos trabalham juntos com os arquivistas e os historiadores para documentar, construir coleções arquivísticas únicas sobre a história local e comunitária ou para desempenharem papéis ativos na seleção e descrição da documentação arquivística, a convite dos arquivos.

Metodologia

Trata-se de um estudo de carácter exploratório e descritivo, com várias fases, a revisão da literatura, a recolha de dados qualitativos e a sua discussão. Foi realizado pelas investigadoras, em 2022, um inquérito por questionário, a que responderam vinte arquivos municipais de Portugal Continental, distribuídos por dezassete distritos. A análise do questionário foi já procedida, cujas respostas de nível quantitativo foram sintetizadas e apresentadas no 14.º Encontro Nacional dos Arquivos Municipais (Alvim & Patrício, 2024).

Neste trabalho são apresentadas as opiniões dos gestores de informação sobre a temática já enunciada. Foram obtidas opiniões qualitativas que são comentários e manifestações de ideias às seguintes questões: 1) *Sabendo que uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento*



Sustentável (ODS 11.4) é fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo, considera que o arquivo municipal pode ter um papel ativo ao envolver o cidadão na salvaguarda do património, através da sua participação em ações e projetos? 2) Qual a sua opinião sobre a criação, no plano de atividades do arquivo, de ações educativas com informações e conselhos práticos sobre acervos de índole pessoal e familiar (tratamento, preservação, proteção e divulgação), para apoiar os cidadãos/associações/coletividades do seu município? 3) O Arquivo Municipal já desenvolveu ou desenvolve alguma ação com vista à participação cidadã? 3.1) Assinale outras ações e projetos. 4) O Arquivo Municipal pretende futuramente desenvolver alguma ação com vista à participação cidadã? Quais? 5) Quais são os obstáculos que considera que impedem, ou no passado impediram, a realização de atividades de participação cidadã.

Os comentários foram redigidos em texto livre, de acordo com as percepções dos gestores de informação, corroborando as respostas dadas ao questionário estruturado, desenvolvendo os pontos mais problemáticos e enumerando exemplos de projetos realizados. Essas respostas são confrontadas com as práticas que efetuam no serviço em que trabalham, nomeadamente sobre a ligação e o envolvimento dos cidadãos em práticas de cidadania de proteção e salvaguarda do património arquivístico e abertura do arquivo à participação. São apresentados os resultados e as considerações finais.

Resultados

Quanto às respostas quantitativas, no trabalho exploratório sobre os arquivos portugueses e a participação cidadã (Alvim & Patrício, 2024) obtiveram-se 20 respostas dos responsáveis de arquivos municipais portugueses (um por distrito, sendo que 3 respostas são do distrito de Lisboa). Destes 20, 75% possuem o 2º ciclo de estudos do ensino superior (40% mestrado e 35% pós-graduação), um possui doutoramento, outro licenciatura e dois possuem um curso intermédio profissional. Quanto à categoria profissional, 85% dos respondentes é técnico superior, 10% assistente técnico e um é dirigente intermédio de 4º grau. Todos possuem formação na área de Bibliotecas, Arquivos e Documentação, exceto um. Neste grupo de gestores de informação, quatro são responsáveis pelo arquivo, sem cargo definido, dois chefes de divisão, chefe de unidade, dirigente de 3º grau e um diretor de departamento. Os restantes não possuem cargos de direção ou coordenação. Quanto ao sexo, 70% são do feminino.

As respostas qualitativas, pese embora a sua exiguidade, corroboram as respostas quantitativas. As questões colocadas e as respostas obtidas são enunciadas seguidamente. Colocaram-se questões para recolher opiniões sobre o papel dos arquivos municipais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sobre o conceito *Participação cidadã*. Em geral, as respostas foram favoráveis ao envolvimento do arquivo em ações de *Participação cidadã* como

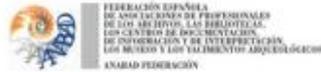


consequência para atingir a meta do ODS 11.4 (Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo).

Sobre a opinião dos profissionais acerca da participação cidadã nos arquivos municipais, cerca de metade dos respondentes (55%) respondeu positivamente à questão sobre o seu conhecimento sobre o conceito de *Participação cidadã* e sobre as práticas arquivísticas que poderiam usufruir desta participação, embora uma parte não desprezível (45%) ainda não esteja familiarizada com a problemática. Sobre como os profissionais obtiveram informação sobre o conceito, sete alegam a consulta de bibliografia, dois obtiveram o seu conhecimento através de grupos de trabalho e das redes sociais e um após um estágio no estrangeiro.

A questão *Sabendo que uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11.4) é fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo, considera que o arquivo municipal pode ter um papel ativo ao envolver o cidadão na salvaguarda do património, através da sua participação em ações e projetos?* obteve doze respostas. Percebe-se duas tendências nas respostas, por um lado um grupo de gestores afirma que a ação de salvaguarda do património cultural e arquivístico está sobretudo do lado dos arquivos e que «ainda que exequível na sua grande parte, é extremamente ambicioso» atingir o ODS 11.4. Sete responsáveis identificam o papel ativo do arquivo «na identificação do património arquivístico, de forma a promover a sua salvaguarda, tratamento e difusão», concluindo “pelo que todas as ações e projetos desenvolvidos por este tipo de serviço, acabam por ter relevo no que a proteção e salvaguarda do património cultural diz respeito». Um dos respondentes aponta para que «utilizar o ativo de património cultural com fins educativos; informar a comunidade e promover ações de boas práticas, ajuda as sociedade a serem mais inteligentes, ambientalmente amigáveis e mais inclusiva». Corroborando esta perspetiva, uma das respostas afirma que «todas as ações que possamos desenvolver sobre documentação à nossa guarda terão algum impacto na mente humana no sentido de perceber a razão pela qual preservamos a mesma». Apesar de alguns dos gestores de informação não afirmarem a necessidade da participação cidadã e dos arquivos participativos, avançam com as ideias de que «o arquivo municipal deve ter uma ação pró ativa na sensibilização dos arquivos privados, arquivos de famílias, arquivos associativos, entre outros para a preservação da história das entidades, promovendo iniciativas que vão desde as conversas com as pessoas responsáveis até à realização de protocolos... para cooperar e ajudar com conhecimento e custódia»; e de que «controlando e disponibilizando o património arquivístico, a partir do qual se poderá encetar diferentes atividades direcionadas ao cidadão... (serviço educativo; exposições, campanhas, encontros abertos ao público, etc.)».

Outro grupo de gestores de informação acentuam o conceito de *Arquivos participativos* e têm a percepção que é importante «tentar sensibilizar, tanto os colegas, como os cidadãos, para a



importância da salvaguarda do nosso património». Valorizam o papel ativo do cidadão e da comunidade em geral no desenvolvimento de projetos de preservação da memória e na comunicação das coleções arquivísticas conservadas nos arquivos municipais. Há a convicção que é necessário «aumentar a consciencialização e o comprometimento com novos públicos». Um dos respondentes refere que «a salvaguarda do património depende não só das entidades, mas das comunidades. O arquivo sempre que possível deve trabalhar esta interligação, efetivando a sua missão», e um outro «concorda que uma participação ativa das comunidades em projetos de salvaguarda desenvolvidos pelos arquivos municipais contribui para um conhecimento mais alargado do seu património, logo para a consciencialização da necessidade de valorização e preservação do mesmo, em respeito pelas raízes e pela identidade». A necessidade de interação dos arquivos com a comunidade é convicção de alguns dos responsáveis dos arquivos que sabem que têm de trabalhar para obter «comunidades sensibilizadas e conscientes, serão comunidades com uma atuação mais inteligente e sustentável, no futuro». Um respondente avança com a afirmação que «o arquivo municipal tem de ter um ação mais interventiva na aproximação junto do cidadão, ações de sensibilização para a proteção e salvaguarda do património cultural», «ou, ainda, podendo intervindo diretamente em ações concretas de tratamento documental, designadamente, contribuindo para a descrição normalizada de documentos».

Ao pedido de valoração da afirmação sobre a inclusão de práticas de participação cidadã no arquivo municipal para contribuir para uma mudança social de abertura do governo local ao cidadão, foi considerado por 80% dos respondentes como muito importante (item mais elevado) e os restantes como importante; e relativamente à inclusão no plano de atividades de ações educativas sobre informações e conselhos práticos acerca de tratamento de acervos pessoais, destinadas aos cidadãos/associações, etc., 60% consideraram muito importante (item mais elevado).

Quando solicitado a opinião com a questão *Qual a sua opinião sobre a criação, no plano de atividades do arquivo, de ações educativas com informações e conselhos práticos sobre acervos de índole pessoal e familiar (tratamento, preservação, proteção e divulgação), para apoiar os cidadãos/associações/coletividades do seu município?* obteve-se dez respostas. Um respondente refere que que «através de desafios e aproximação junto da comunidade educativa é possível sensibilizar entidades particulares e coletivas para a importância de proteção e salvaguarda do património cultural», e outra avança com esta ideia alargando-a para além da comunidade educativa, afirmando que «o arquivo tem um papel fundamental na sensibilização de todos os cidadãos, independentemente da sua faixa etária, para a necessidade de salvaguardar e divulgar os espólios documentais particulares (pessoais, familiares, empresariais ou associativos)». Por sua vez, um responsável, em relação aos públicos, alerta para que «o planeamento é uma fase crucial de qualquer ciclo, pela qual se identificam

objetivos/metapas e recursos necessários para as atividades a desenvolver, devendo ser cuidadosamente divulgado para alcançar o público-alvo, permitindo libertar consciências e "apetite" na comunidade, sendo este o primeiro momento para a angariação de interessados». Outro opina que «a partilha de informação sobre técnicas simples para preservação do património arquivístico pode promover a salvaguarda de acervos particulares, muito importantes para a construção da história local» e «é importante desde que seja feito através de uma linguagem clara. Só assim é possível chegar à comunidade». A interação com a comunidade é fundamental, por um lado «contribui para que a visão do arquivo municipal se altere, deixando de ser visto apenas como um espaço de depósito e passe a ser olhado, também, como um lugar de comunicação, de partilha de conhecimento, de acesso à informação e de salvaguarda da sua identidade», e ainda «representa uma fotografia / radiografia do que foi o passado, identificando os passos que se podem melhorar». Por outro lado, também foi observado que «o dar conhecimento sobre os acervos arquivísticos à população permite promover o sentimento de pertença e identidade», levantando-se nesta resposta um conceito fundamental de que os arquivos podem ser criadores de sentido de pertença de uma comunidade (Kaplan, 2000; Gilliland, 2014; Freitas, 2024).

Quando questionados sobre se o arquivo já efetuou alguma ação com vista à participação cidadã, dez referiram a intervenção do cidadão na descrição de imagens e de outros tipos de documentos; nove no pedido de empréstimo de documentos para digitalizar ou integrar fundos e coleções; dois pediram a participação através de testemunhos orais sobre história local; oito na transcrição de documentos; um referiu a formação do cidadão no tratamento técnico arquivístico e quatro não desenvolveram nenhuma ação (20% dos profissionais questionados dos arquivos municipais não reúnem condições para desenvolver atividades de participação cidadã). Quanto à pretensão de no futuro se desenvolver ações deste tipo nos arquivos, apenas um referiu que não pretende, portanto, os outros três que no presente não desenvolvem, desejam fazê-lo no futuro. Os outros acrescentaram novas ações a realizar: recolha de informação para melhorar a descrição arquivística, correção de textos digitalizados por OCR e investigação genealógica.

Quanto à opinião sobre se *O Arquivo Municipal já desenvolveu ou desenvolve alguma ação com vista à participação cidadã?* obteve-se seis respostas. Alguns gestores referiram casos práticos, como os «serviços educativos, projeto de salvaguarda dos arquivos de coletividades e tratamento arquivísticos de arquivos particulares»; «promoção de iniciativas destinadas a públicos diversos sensibilizando para a importância do património dos arquivos e, conseqüentemente, para a sua salvaguarda»; «eventos culturais, p. ex. ... há cem anos»; «realização do ciclo "Resgate" realizado mensalmente e que divulga assuntos relativos à região com base nos documentos custodiados pelo arquivo municipal»; «participação na produção de edições, exposições, encontros e formações em história e património em que a documentação

de arquivo se funde com documentação de bibliotecas, bens museológicos e testemunhos orais». Oito dos respondentes apontam ações já realizadas que podem ser observadas na tabela 1.

Tabela 1: Exemplo de ações de participação cidadã mencionadas nas respostas.

Distritos e concelhos	Envolvimento da Comunidade/cidadão	Título da ação	Objetivos
1	2021. Ampliar o acervo do arquivo municipal, de forma a evidenciar a memória e identidade de instituições, gentes e território desta localidade e valorizar o contributo dos munícipes na construção da história local.	História e Memórias da ...	Identificar acervos documentais da comunidade, promover a sua integração física, ou digital, no arquivo municipal; Difundir os documentos e recolher depoimentos e memórias de munícipes sobre a região.
2	Projetos de voluntariado jovem e sénior.	Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal.	
3	Assinados protocolos com as associações da cidade de..., criadas até 1974, para tratamento técnico dos seus arquivos e posterior divulgação no Atom.	Projeto de Salvaguarda da Memória das Práticas Associativas na Cidade de ...	Tratar a documentação das associações.
4	A.M. pesquisa e recolhe acontecimentos descritos em atas, jornais, documentação vária. Esta informação é compilada e encaminhada para os participantes (grupos de teatro) que dramatizam esses acontecimentos.	...há cem anos.	

5	A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas levou a efeito, em 2016, o projeto, que ainda decorre.	Projeto de salvaguarda dos arquivos das associações de cultura, recreio e desporto.	Proceder a um diagnóstico de situação dos arquivos das entidades associativas de cultura, recreio e desporto; Definir uma estratégia de salvaguarda e valorização de património arquivístico destas entidades.
6)	Divulgação do património arquivístico.	Resgate de Memórias.	Recolher a história oral e utilizar o áudio e o vídeo como suportes; Ampliar o entendimento das alterações experimentadas ao longo dos tempos.
7	<p>2012. Assinalar um desastre de 1936, na Escola Primária de ...</p> <p>2016. História da antiga Central Termoeléctrica ...</p> <p>2019 a 2021</p> <p>Iniciativas como o documento do mês</p>	<p>Voz às Memórias</p> <p>História e Memória da Central Elétrica ...</p> <p>Quotidianos da Revolução - o 25 de Abril no concelho.</p> <p>Memória de Futuro.</p> <p>Protocolos com instituições e jornais locais para descrição e disponibilização no catálogo.</p>	<p>Recolher testemunhos que presenciaram o desastre e documentação.</p> <p>Solicitar a colaboração da comunidade para a cedência de fotografias e documentos.</p> <p>Recolher testemunhos em áudio e vídeo e documentos com vista à reconstrução das vivências desse período no concelho.</p>
8	2012.	Imagens com História.	Promover a identificação e a recolha de imagens e informação sobre as mesmas junto dos munícipes, com vista à preservação e divulgação da memória coletiva do município.

Alguns dos gestores pretendem futuramente desenvolver ações com vista à participação cidadã, referindo «uma grande atuação direcionado ao público», «um ciclo de conferências "Poder Local - velhas e novas competências" e a “exposição para divulgação dos acervos documentais das associações e mostra do tratamento técnico efetuado pelo Arquivo Municipal».

Para estas ações não indicaram qual é a participação do cidadão, o que leva a crer que estes respondentes ainda não conhecem o conceito em pleno. De destacar a resposta de um responsável que afirma que ««está programado a médio prazo, volto a repetir o que temos vindo a fazer, pois queremos prosseguir!», demonstrando vontade de trabalhar no sentido de envolver a comunidade nas práticas do arquivo.

Quanto à forma de como o arquivo municipal poderia desenvolver ações, 14 afirmam que presencialmente, 12 de forma híbrida, cinco em plataformas digitais e outros cinco em plataformas de crowdsourcing, quatro pelo Facebook, três por email e dois no Flickr.

Os obstáculos que impedem a realização de ações foram enunciados da seguinte forma pelos respondentes: 16 referem a falta de recursos humanos, nove a falta de instalações, sete a falta de enquadramento na estratégia do arquivo municipal, seis a falta de recursos financeiros e a falta de conhecimento dos profissionais sobre o que é participação cidadã, cinco a falta de formação e de sensibilização do cidadão sobre esta ação e dois a falta de projetos arquivísticos sobre este tema. Na solicitação de opiniões sobre os obstáculos destacam-se as respostas: a «falta de conhecimento ao nível da comunicação e divulgação do património cultural»; «a falta de instalações adequadas para o efeito»; «não há sensibilização, por parte das chefias, relativamente à necessidade de meios que este tipo de trabalho envolve»; «O meu arquivo não dispõe de recursos humanos para assumir esta vertente»; «a desvalorização do património arquivístico» e a falta de dinamismo e de abertura à sociedade em geral e a cada comunidade em particular.

Considerações finais

A resposta à pergunta de partida sobre quais são as perceções dos gestores de informação dos arquivos municipais sobre os conceitos *Participação cidadã* e *Arquivos participativos* e quais as práticas de envolvimento com a comunidade que executam nos seus arquivos, foi respondida e os objetivos atingidos. As limitações deste trabalho prendem-se com o facto da amostra ter sido pequena, mas o maior constrangimento foi a técnica de recolha de dados, que não foi a mais adequada, pois o inquérito por questionário não permitiu respostas muito longas e o desenvolvimento das ideias e de um diálogo com os respondentes. Muitas das respostas foram muito curtas e com conteúdos pouco profundos, o que poderia ter sido mitigado e os resultados enriquecidos através de entrevistas. Estes caminhos poderão ser desenvolvidos em futuros estudos de atualização e aprofundamento das respostas à pergunta de partida.



Na generalidade, as principais conclusões foram, de forma sintética, as seguintes: 100% dos gestores de informação têm conhecimento e concordância com os ODS, 80% considera a participação cidadã nos arquivos municipais muito importante e conseqüentemente, 60% considera muito importante a inclusão de iniciativas que a promovam nos planos de atividades dos serviços, 20% já desenvolvem ações neste sentido.

Reforçou-se a conclusão do primeiro estudo: a participação cidadã e arquivos participativos não são conceitos desconhecidos, embora ainda estejam pouco consolidados.

Os gestores de informação dos arquivos manifestam a percepção de que as ações desenvolvidas, com participação cidadã, aproveitam os recursos humanos e materiais já existentes e são por elas determinadas, dada a exiguidade dos recursos humanos, das instalações e dos recursos materiais. Os gestores reconhecem a importância que os arquivos possuem, nomeadamente em criar ligações e envolver os cidadãos em práticas de cidadania, nas cidades onde estão implantados, para uma vida mais sustentável e transformadora, enquadrando as realidades sociais, culturais e ambientais e fortalecendo esforços para proteger e salvaguardar o património cultural arquivístico, mas os recursos humanos e financeiros não permitem aos arquivos municipais desenvolverem, de modo consistente, projetos deste âmbito e tornarem-se em arquivos participativos.

Os projetos de participação cidadã e o assumir a identificação com arquivos participativos podem ser uma oportunidade para a valorização e divulgação do património arquivístico, bem como para melhorar a relação com a comunidade e o trabalho arquivístico.

Referências bibliográficas

ALVIM, Luísa; PATRÍCIO, Sandra (2024) - Participação Cidadã: estudo exploratório nos arquivos municipais portugueses. *Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas* [Em linha]. 3ª série. Nº 21. [Consultado em 1 nov. de 2024]. Disponível em <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/13854>>.

BENOIT, E.; EVELEIGH, A., (eds.) (2019) - *Participatory Archives: Theory and Practice*. Facet Publishing. 240 p. ISBN 978-1-78330-356-4.

CAMPOS, António; CHINITA, Gonçalo; MESTRE, Hélder; PATRÍCIO, Sandra; VILHENA, Diogo (2020) - Os projectos de recolha de memória oral do Arquivo Municipal de Sines. Comunicação ao 2º Encontro Memória Para Todos. Comunidades e Sustentabilidade, 18 e 19 de Novembro de 2020. [Em linha]. [Consultado em 23 de Outubro de 2023]. Disponível em <https://www.academia.edu/44547536/OS_PROJECTOS_DE_RECOLHA_DE_MEM%C3%93RIA_ORAL_DO_ARQUIVO_MUNICIPAL_DE_SINES>.



FEDERACIÓN ESPAÑOLA
DE ANTECEDENTES DE PROFESIONALES
DE LOS ARCHIVOS, LAS BIBLIOTECAS,
LOS CENTROS DE DOCUMENTACIÓN,
DE INFORMACIÓN Y DE INTERPRETACIÓN,
LOS MUSEOS Y LOS ELEMENTOS ARQUEOLÓGICOS
ANABAD FEDERACIÓN



ENCUENTRO IBÉRICO
DE ARCHIVOS MUNICIPALES
ENCUENTRO IBÉRICO
DE ARCHIVOS MUNICIPALES

COX, Richard .J. (2009) - Digital Curation and the Citizen Archivist. [Em linha]. *Digital Curation: Practice, Promises & Prospects*. 102 – 109. [Consultado em 22 de Junho de 2022]. Disponível em <<https://d-scholarship.pitt.edu/2692/1/CoxOfficialSubmissionRevision.pdf>>.

DGLAB et al. (2019) - *Guia de boas práticas para os arquivos das associações de Cultura, Recreio e Desporto. 1. Gestão de documentos de uso corrente*. [Em linha]. Lisboa: Direção Geral dos Arquivos, do Livro e das Bibliotecas. [Consultado em 10 maio de 2020]. Disponível em <<https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2019/07/Guia-arquivos-associacoes-1-v.1.pdf>>.

EUROPEAN CITIZEN SCIENCE ASSOCIATION - ECSA. (2015) - *10 Princípios da Ciência do Cidadão*. [Em linha]. Berlim: ECSA. [Consultado em 1 nov. de 2024]. Disponível em <<https://www.ecsa.ngo/10-principles/>>

FREITAS, Maria Cristina Vieira de (2024) - *Temas arquivísticos: entre a tradição e a mudança*. Prefácio de Carlos Guardado da Silva. Lisboa: Edições Colibri. 196 p. ISBN 978-989-566-320-0.

GILLILAND, Anne (2014). - *Conceptualizing 21 st-Century Archives*. Chicago: Society of American Archivists. 336 p. ISBN 978-1-931666-68-8.

HETLAND, Per; PIERROUX, Palmyre; ESBORG, LINE (ed.). (2020) - *A History of Participation in Museums and Archives: Traversing Citizen Science and Citizen Humanities*. [Em linha]. London: Routledge. [Consultado em 1 nov. de 2024]. Disponível em <<https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/51588/9780429590788.pdf?sequence=1>>

IFLA. (2014) - *The Lyon Declaration: on access to information and development*. [Em linha]. Haia: IFLA. [Consultado em 1 nov. de 2024]. Disponível em <<http://www.lyondeclaration.org>>.

KAPLAN, Elisabeth. (2000) - We are what we collect, we collect what we are. Archives and the construction of identity. *The American Archivist*. [Em linha]. Volume 63 , n.º 1, 26-151. [Consultado em 2024-08-29]. Disponível em <https://conservancy.umn.edu/server/api/core/bitstreams/86a34ede-20c5-4188-b91d-a8072bdfa3b4/content>.

McCRACKEN, Krista (2015) - Community archival practice: indigenous grassroots collaboration at the shingwauk residential school's centre. *American Archivist* [Em linha]. Vol. 78, n.º 1, 181-191. [Consultado em 19 de Outubro de 2024]. Disponível em <<https://doi.org/10.17723/0360-9081.78.1.181>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU (2015) - *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. [Em linha]. Nova Iorque: ONU. [Consultado em 1 nov. de



2024]. Disponível em

<<https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=111&nr=8496&menu=35>>

POOLE, A. (2019) - Social tagging and commenting in participatory archives: a critical literature review. In Hetland et al. - *Participatory Archives: Theory and Practice*. [Em linha]. Cambridge: Facet. [Consultado em 1 nov. de 2024]. Disponível em

<<https://doi.org/10.29085/9781783303588.002>>

REDE DE ARQUIVOS DO ALGARVE (2018) - A Salvaguarda dos Arquivos das Associações: projetos colaborativos dos municípios do distrito de Faro e da Rede de Arquivos do Algarve. [Em linha]. *1º Encontro Nacional de Arquivos de Associações de Cultura, Recreio e Desporto. Cascais, 19 de Outubro de 2018*. Consultado em 2020-05-10. Disponível em <

<https://rededearquivosdoalgarve.files.wordpress.com/2021/04/a-salvaguarda-dos-arquivos-das-associacoes-cascais-2018.pdf>>.

SILVA, Ana M.; BORGES, Leonor. C. (2018) - A transcrição e a leitura de manuscritos entre o crowdsourcing e a participação cidadã. [Em linha]. *Atas do 13.º Congresso da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Profissionais da Informação: Sustentabilidade e Transformação*. [Consultado em 30 de Junho de 2024]. Disponível em

<<https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/1792>>.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS (SAA) (2024) - *Dictionary of Archival Terminology*. [Em linha]. Chicago: SAA. [Consultado em 20 de Setembro de 2024] Disponível em

<<https://dictionary.archivists.org/index.html>>.

THE UNIVERSITY OF MASSACHUSETTS BOSTON. Joseph P. Healey Library. (2024) - *Roadmap for Participatory Archiving - RoPA*. [Em linha]. Boston. [Consultado em 1 nov. de 2024]. Disponível em <<https://ropa.umb.edu/>>

UNRIC (2016) - *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 Objetivos para transformar o nosso mundo*. [Em linha]. Bruxelas: Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. [Consultado em 1 nov. de 2024]. Disponível em <https://www.instituto-camos.pt/images/ods_2edicao_web_pages.pdf>.

WOODWARD, E. (2016) - Participatory archiving: the next generation in archival methodology, *College and Research Libraries News*. 77(8). [Em linha]. [Consultado 1 nov. de 2024]. Disponível em <<https://crln.acrl.org/index.php/crlnews/article/view/9535/10857>>.